

ANGELO AGOSTINI E O MASSACRE DE CANUDOS

*Gilberto Maringoni**

Resumo

Este artigo procura dar conta de uma aparente contradição: os motivos que levaram Angelo Agostini, um dos mais destacados defensores da abolição da escravatura, a colocar-se em aberta oposição à rebelião popular do arraial de Canudos, em 1897. Apesar da idéia geral que se tem de Agostini, como um porta-voz de causas populares, seu abolicionismo tinha fortes características elitistas e racistas. Ele deve ser examinado à luz do projeto liberal de inserção do Brasil na economia internacional e da própria evolução do capitalismo, nos quais o trabalho assalariado era uma das peças centrais.

Palavras-chave

Ângelo Agostini; Canudos; República; imprensa brasileira; caricatura brasileira.

Abstract

This article tries to explain what seems to be contradictory: the motives that led Angelo Agostini - one of the most important defenders of abolition of slavery - to be against the popular riot of Canudos, in 1897. Although Agostini was in general considered a spokesman of popular causes, his abolitionist ideas were heavily marked by prejudice and the upper class main traces. His conception of abolitionism should be studied in the light of Brazil's liberal project of insertion in the international economy, and the evolution of capitalism itself - when paid jobs were one of the main topics.

Key-words

Ângelo Agostini; Canudos; Republic; Brazilian press; Brazilian caricature.

Some-se a isso a constatação de que os habitantes do Belo Monte praticamente não tinham defensores nas páginas da imprensa.



Don Quixote 83 (21 de março de 1897)

O que espanta na citação é conferir o nome de seu autor. Trata-se nada mais nada menos do que Angelo Agostini (1843-1910), caricaturista, jornalista e militante político de origem italiana que, uma década antes, notabilizara-se como uma das vozes mais potentes na denúncia das brutalidades do regime escravista. Em mais de uma oportunidade, colocou-se radicalmente contra a concessão de qualquer tipo de indenização aos senhores, como compensação pela perda de seu capital humano, no processo abolicionista.



Angelo Agostini, por Pereira Neto (1888)

O artista editou, entre 1876 e 1888, a *Revista Illustrada*, tablóide de oito páginas, repleto de caricaturas, ilustrações e histórias em quadrinhos sobre os fatos da semana. Sua produção e seu imenso talento de cronista visual marcaram a produção gráfica brasileira durante quase meio século. A partir de 1895, após uma estada de seis anos em Paris, lança o *Don Quixote*, em tudo semelhante à sua antecessora, que sai até janeiro de 1903.

Abolicionista ilustrado

Na *Revista Illustrada*, Agostini destacara-se como um abolicionista convicto. Seus desenhos denunciando toda sorte de flagelos, torturas, castigos, mutilações e atos de sadismo cometidos por escravocratas, tiveram enorme repercussão, até mesmo fora do país.² São cenas de um naturalismo cru e quase documental. Elas dão conta do flagelo do trabalho servil, nos anos anteriores a 1888. Há mesmo um desenho³ em que escravos pedem auxílio à recém-fundada Sociedade Protetora dos Animais contra os suplícios a que são submetidos.



Contam-se horrores sobre as atrocidades dos barbaros senhores. Escravos tem sido metidos vivos em fornos incandescentes,

Revista Illustrada 427 (28 de fevereiro de 1886)

Por sua conduta nesses anos, em mais de uma vez, Agostini mereceu elogios de vários líderes abolicionistas. O mais ilustre deles, Joaquim Nabuco (1849-1910), em artigo de primeira página, publicado em *O País*, de 30 de agosto de 1888, assim classifica o caricaturista: “O seu lápis teve, durante vinte anos, a indefectível coragem de dizer a verdade aos inimigos do progresso nacional, em linguagem que todos entendiam. A sua revista foi a bíblia abolicionista do povo, o qual não sabe ler”.

O texto referia-se a um banquete oferecido pela Confederação Abolicionista em homenagem ao editor da *Revista Illustrada*, realizado quatro dias antes, no Hotel do Globo. Na ocasião, Nabuco afirmaria, conforme descrição de Luiz de Andrade, sócio de Agostini:

Era um jornal de prazer, um jornal de classes elevadas, um jornal caro (*A Revista Illustrada*). Os seus assinantes eram todos pessoas mais ou menos ligadas, por grandes interesses à sorte da escravidão. Pois bem, este jornalista intrépido, guiado pelo seu coração e pelo seu caráter, desde o primeiro dia, tomou a si a defesa da causa do escravo, publicando na *Revista Illustrada* páginas que ficarão históricas e que produziam efeitos de um ferro em brasa. Sobranceiro aos prejuízos que isso lhe dava, pois os assinantes despediam-se às centenas, ele continuava a fulminar a escravidão com seus quadros impressionantes. Ninguém, como ele, viu rugir sobre sua cabeça mais cóleras, mais ódios, mais ameaças. Outrossim, ninguém mostrou por esses desabafos, um mais soberano desprezo.⁴

Já outro destacado abolicionista, José do Patrocínio (1853-1905), chegou a dizer: “Angelo não é só um propagandista, é um apóstolo. Não defende só, ama realmente os negros. Comove-se diante de seus sofrimentos, indigna-se como um irmão, um pai, quando os vê maltratados”.⁵

Assim, por conta de seu compromisso com a campanha, muitos concluíram que Agostini seria um ardoroso defensor das causas populares no final do Império. Em parte, isso era verdade – quando essa defesa alinhava-se com setores das classes dominantes – e em parte, não. Daí, a possível surpresa ao ver sua contundência contra os miseráveis liderados por Conselheiro.

O que acontecera no intervalo de menos de uma década? Agostini mudara de posição?

Não há indicações de que isso tenha acontecido. O que se torna premente, diante das duas expressões de suas opiniões, é tentar entender os propósitos da campanha abolicionista e qual o panorama nacional nos anos que se seguiram à proclamação da República. Isso é essencial para entender o porquê do ataque do caricaturista a Canudos.



Revista Illustrada 427 (28 de fevereiro de 1886)

Um propagandista eficiente

Angelo Agostini foi um dos mais notáveis militantes de um movimento que sensibilizou parcelas do povo e da própria elite econômica do país, nas grandes cidades, a partir do início dos anos 1880. Não era uma animação unitária e não tinha um único foco irradiador. O historiador Robert Conrad assim classifica as vertentes do Abolicionismo:

Três organizações ligadas entre si tinham-se formado rapidamente no Rio de Janeiro, em 1880, uma em volta de José do Patrocínio e Nicoláo Moreira e a Associação Central Emancipadora, outra em redor de José Ferreira de Menezes e a *Gazeta da Tarde* e a terceira, com base na figura de Joaquim Nabuco e na sua Sociedade Brasileira Contra a Escravidão.⁶

As fronteiras entre as facções não são rígidas. Agostini mostra-se um pouco mais próximo de Nabuco do que de Patrocínio, mas faz uma campanha com roteiro próprio, nas páginas de sua revista. O segundo tinha uma visão mais “radical”, enfatizando a necessidade de a campanha ganhar as ruas, um tanto diversa da orientação de Nabuco. O chamado Tigre da Abolição falava em “revolução”. Mas apontava ressalvas, dizendo ser necessária uma “aliança do soberano com o povo”: “É uma revolução de cima para baixo. O povo não teria força por si só ara realizar a abolição da escravidão”.⁷

Apesar de acusar “republicanos, liberais e conservadores” de cúmplices da escravidão, na prática, as diretrizes de Patrocínio andavam em grande parte juntas às de Nabuco.

Tanto a *Revista Ilustrada*, quanto o *Don Quixote* eram publicações, quer pelo preço, quer pela posição social de seus editores, extremamente elitizadas. Ambas eram vendidas pelo preço de um mil réis, quando, em meados dos anos 1890, o *Jornal do Brasil* custava 40 réis. Luiz de Andrade, sócio de Agostini na *Revista*, seria eleito deputado federal por Pernambuco, em 1890. Suas sedes encontravam-se na região nobre da Corte, às Ruas Gonçalves Dias e do Ouvidor, onde se localizavam todas as outras redações de jornais, as lojas elegantes e os escritórios de negociantes nacionais e estrangeiros. Destinavam-se às camadas mais abastadas da sociedade. A *Revista Ilustrada* comportou-se, durante a luta abolicionista, como um irrequieto membro daqueles setores imprecisamente chamados de “elite”.

Como Agostini não detalha sua visão mais estratégica sobre a libertação dos escravos, vamos recorrer novamente a Joaquim Nabuco, pela proximidade entre ambos. Rico, elegante, filho do senador José Tomás Nabuco de Araújo e membro de uma importante família pernambucana que teve entre seus integrantes altos funcionários do Império, Nabuco pode nos fornecer importantes pistas sobre o comportamento de frações da classe dominante que apoiavam o fim do trabalho servil.

Sua obra mais importante sobre o tema é *O Abolicionismo*, publicado originalmente em 1884. Leiamos um trecho:

A propaganda abolicionista (...) não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminosa e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa e que a lei da Lynch, ou a justiça pública, imediatamente, haveria de esmagar”.⁸

A seguir, o pernambucano detalha sua tática:

É no parlamento, e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e nas praças das cidades que se há de ganhar ou perder a causa da liberdade. Em semelhante luta, a violência, o crime, o desencadeamento de ódios acalentados, só pode ser prejudicial ao lado que tem por si o direito, a justiça, a procuração dos oprimidos e os votos da humanidade toda.⁹

As pregações de Nabuco tinham duas vertentes principais. A primeira é que o Abolicionismo deveria ser conduzido nos estreitos limites da institucionalidade monárquica e escravocrata, no Parlamento e, no máximo, em salões que debateriam o tema em animados saraus. No espaço institucional e não no espaço social, sem risco de perda de controle.



A segunda é que os negros seriam sujeitos passivos de um conflito que se resolveria em negociações entre o Estado e os senhores. O objetivo era claro: a emancipação deveria libertar os negros, mas não tocar na ordem econômica vigente, centrada no latifúndio. Nabuco era a figura mais proeminente de um Abolicionismo de elite.

O receio de que a mobilização ganhasse as ruas tinha um precedente recente. No dia 1º de janeiro de 1880, a população pobre se rebelara contra o chamado “imposto do vintém”, que majorava o preço das passagens de bondes. A partir das primeiras horas da manhã, ganhou corpo uma verdadeira rebelião popular, resultando em saques generalizados e depredações no centro da cidade. Reprimida violentamente pelo Exército e pela Marinha, valendo-se até de Cavalaria, a agitação resultou em pelo menos três mortes e vários dias de protestos. Ficaria conhecida como “Revolta do vintém” e assustara as autoridades pelo potencial explosivo que representava uma população pauperizada, concentrada num espaço urbano em expansão e que tornava mais complexas as relações entre as classes sociais. O Rio de Janeiro era, nos últimos anos do Império, uma cidade de infra-estrutura precária, com um crescente número de imigrantes, especialmente portugueses, e trabalhadores assalariados, a conviver com escravos e libertos pelas ruas.

A ordem escravocrata

Como Agostini se coloca diante disso tudo? Seguia atacando pesadamente não só a escravidão, como a ordem política – mas não a econômica – que a sustentava. O desenho a seguir – “A grande degradingolada” – é uma mostra de sua produção do período.

O caricaturista italiano demonstra ter compreensão de que a escravidão articulava todo um sistema político – algo que não era claro para todos, na época. Ao mesmo tempo, há outra manifestação do artista a deixar patentes os limites de sua pregação libertadora. Trata-se de uma ilustração publicada em 19 de abril de 1884, nas páginas centrais da Revista *Illustrada* nº. 377, em plena campanha pelo fim do cativeiro. O desenho, uma impressionante síntese do pensamento do autor, fala por si:

O texto é claro: “Somos muito abolicionistas, mas...” Assim, não há contradições entre a militância abolicionista de Angelo Agostini, nos anos 1880, com seu elitismo (e racismo) exibido(s) na década seguinte, por ocasião das campanhas contra Canudos. Os dois comportamentos não são excludentes. Tentemos examinar melhor o problema.

Vamos recorrer mais uma vez a Joaquim Nabuco, em *O Abolicionista*:

Muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras. (...) A ação de doenças africanas sobre a constituição física de parte de nosso



A legenda é eloqüente: “Quando o país se resolver a quebrar os ferros e gritar liberdade!... Que sarilho! O que será do carro do Estado, do Saraiva, da monarquia, da imperial ciência, dos papos de tucanos e da tranqüilidade da lavoura?”¹⁰

povo, a corrupção da língua, das maneiras sociais, da educação e outros tantos efeitos resultantes do cruzamento com uma raça num período mais atrasado de desenvolvimento, podem ser considerados isoladamente no cativeiro.¹¹

Indesejados dos novos tempos

Assim, havia no movimento abolicionista um viés nitidamente elitista e racista que, muitas vezes, permaneceu encoberto enquanto existia uma luta maior. Mas, passado o 13 de maio de 1888, com a chegada de levas de imigrantes europeus, a conseqüente dispensa de legiões de escravos das fazendas e a não incorporação destes ao mercado de trabalho de uma economia capitalista em expansão, o enfoque muda de figura. A Abolição, viu-se, era uma reforma limitada à libertação, sem medidas complementares, como Reforma Agrária, a ampliação do mercado de trabalho para os libertos, acesso à Educação, Saúde, etc.

Os recém-desocupados são os indesejados dos novos tempos, os deserdados da República, que se amontoam pelos morros e cortiços das grandes cidades, chegando a cometer pequenos delitos e recorrendo a rápidos expedientes para garantir a sobrevivência. O aumento do número de desempregados, trabalhadores temporários, lúmpens, mendigos e crianças abandonadas nas ruas redonda também num crescimento da criminalidade, que pode ser verificado pelo maior espaço dedicado ao tema nas páginas dos jornais da época.

Em que pesem alguns episódios específicos – como as páginas desenhadas por Angelo Agostini, na *Revista Ilustrada*, denunciando maus tratos aos cativos –, a base fundamental da campanha abolicionista estava longe de ser um humanitarismo solidário aos negros ou a busca de reformas sociais democratizantes. Isso tornou-se evidente com o passar dos anos, apesar de um discurso aparentemente contraditório de setores das classes dominantes, simpáticos à libertação dos escravos.

Os motivos mais profundos da campanha eram: o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a obsolescência gradativa do trabalho escravo no processo produtivo. Isso se deu especialmente após a guerra do Paraguai, a partir de 1865, quando recursos orçamentários drenados para o esforço bélico foram destinados a outras atividades, tornando o país mais atraente ao capital externo.

Mudanças na economia mundial

O período marca uma nova inserção das economias latino-americanas numa inédita divisão internacional do trabalho. O estabelecimento incontestado do Império britânico

e a prosperidade acentuada da economia mundial irrigam o sistema internacional com exportação maciça de capitais e pesados investimentos nos setores ligados à exportação em alguns países do Sul. “O investimento estrangeiro na América Latina atingiu níveis assombrosos nos anos 1880, quando a extensão da rede ferroviária argentina foi quintuplicada, e tanto a Argentina como o Brasil atraíram até 200 mil imigrantes por ano”.¹²

A implantação das bases da produção capitalista, materializadas não apenas numa incipiente indústria de manufaturas, mas nos negócios ligados à exportação de café, como casas bancárias, estradas de ferro, Bolsa de Valores, etc., vai se irradiando pela base produtiva brasileira, fazendo com que parte da oligarquia agrária se transformasse numa florescente burguesia, estabelecendo novas relações sociais e mudando desde as características do mercado de trabalho, até o funcionamento do Estado. Para essa economia, o negro cativo era uma peça obsoleta. Caio Prado Jr. observa sobre a questão:

De um ponto de vista estritamente financeiro e contabilístico, o trabalho escravo (...) é mais oneroso que o assalariado. O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, mesmo sem considerar o risco que representa a vida humana, forma um adiantamento a longo prazo do sobretrabalho eventual a ser produzido. O assalariado, pelo contrário, fornece este sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão.¹³

Entra em colapso o que restava da economia colonial, com suas características internas – latifúndio e escravidão –, e o país se adapta ao livre mercado concorrencial, no qual o setor exportador de produtos primários é a fonte de seu dinamismo econômico. E complementa essa transformação a difusão do trabalho assalariado.

Modernização conservadora

Membros das camadas médias urbanas, cultos, cosmopolitas, alguns ligados diretamente à oligarquia rural – caso de Nabuco – e em sua maioria defensores do “progresso” (os positivistas) ou do “desenvolvimento” (os liberais), a eles interessava, sobretudo, a modernização do Brasil, a equiparação de hábitos de consumo aos correspondentes das camadas mais altas dos países ricos e a integração, tanto econômica quanto ideologicamente, aos parâmetros do liberalismo da nova potência ascendente, os EUA. Não por acaso, Nabuco terminaria sua carreira política como Embaixador nos EUA, onde veio a falecer em 1910.¹⁴

Assim, não havia contradição alguma, em fins do século XIX, em alguém se apresentar como um acendrado abolicionista e, ao mesmo tempo, manifestar um racismo ou

um elitismo extremado. Não há vínculo necessário entre aquelas categorias, assim como não havia compromisso ideológico entre a grande maioria dos abolicionistas e os negros cativos.

Anos de agitação e instabilidade

A derrubada da monarquia e a instauração da República, através de um golpe militar, estavam longe de garantir estabilidade política à nova situação. As divergências entre as diversas frações das classes dominantes, envolvidas em atritos regionais e na partilha do novo poder instituído, e as dissensões no meio militar, para não falar na resolução de problemas sociais, eram freqüentemente superados na base da prepotência e da violência.

Sob vários aspectos, a consolidação e a estabilização do novo regime se dão a partir de 1898, com a posse de Campos Salles na presidência. Acabam-se as agitações e hesitações. A República – elitista, oligárquica e ajustada à inserção do Brasil na economia mundial – viera para ficar.

Campos Salles ataca rapidamente em duas frentes, para dissolver contestações. No plano político, celebra um grande pacto com as diversas oligarquias regionais, denominado Política dos Governadores, visando a obter sólida base congressional. A Constituição de 1891 estabelecia que os parlamentares eleitos deveriam ter seu mandato ratificado, no início da legislatura, por uma comissão legislativa, mecanismo chamado de Verificação de Poderes. O presidente pressiona pela mudança do regimento interno das duas casas, garantindo o controle governista da comissão. Assim, com golpes regimentais, impugnavam-se os adversários das administrações estaduais, invertendo resultados eleitorais e conformando ampla maioria parlamentar situacionista.

O Congresso deixa de ser um campo de batalha e eliminam-se os conflitos. Os grupos oligárquicos estaduais no poder, que temem a possibilidade de intervenção federal a favor dos oposicionistas, ficam tranqüilos com a posição governamental e reagem, mesmo antes da oficialização da *Política dos Governadores*, com um apoio maciço às exigências parlamentares do governo.¹⁵

Na economia, dá curso ao brutal aperto fiscal, que retira dinheiro de circulação, corta gastos públicos e leva o país a uma recessão sem precedentes. Ao final de seu governo, as contas públicas voltam a ter solvência, ao mesmo tempo em que a concentração de capital se acentua.

O traço fundamental do governo Campos Salles é a reunificação das diversas frações das classes dominantes – as oligarquias agrárias regionais, o setor exportador e do grande comércio, o setor financeiro e a nascente burguesia industrial – num único projeto de

desenvolvimento, que moderniza a economia voltada para a exportação de produtos primários e para a atração do capital estrangeiro. Seu governo reconfigura o Estado e poderia ser sintetizado como o da *re-proclamação da República*.

O conservadorismo de Don Quixote

Angelo Agostini, ao longo do tempo, vai se mostrando um defensor desse projeto de modernização conservadora. Volta-se contra os jacobinos, contra os rebeldes do sul, contra Canudos e apóia quase acriticamente os governos Prudente de Moraes e Campos Salles.

Como conseqüência, diante do agravamento da situação social e das instabilidades do regime republicano, a ira de *Don Quixote* e de outros veículos da imprensa volta-se contra a população pobre. Além de constantemente atacar os capoeiras, o jornal investe, em sua edição de 7 de outubro de 1899, contra “os gritos dos vendedores de loteria”¹⁶. No início de 1900, clama por uma “campanha pela higienização do Rio”¹⁷ e aplaude a pesada repressão contra a greve dos cocheiros de bonde:

A greve não teve as conseqüências que se esperavam. (...) O sr. Epitácio Pessoa (ministro da Justiça) viu seus esforços coroados de pleno juízo, pelas enérgicas e prontas medidas de repressão contra os miseráveis que se aproveitam dessas ocasiões para cometer toda espécie de desacatos.¹⁸

Em dezembro de 1901, pelo “arrasamento do morro do Castelo”, vasta área de ocupação popular, como forma de livrar o centro da cidade de um lugar que enfeia a paisagem.¹⁹

O número 91, em 26 de agosto de 1899, externa uma preocupação que começa a se tornar constante na imprensa carioca:

Quase diariamente os jornais estampam em suas colunas os títulos de assassinatos, facadas, navalhadas, conflitos, mortes etc. Um sem número de fatos sanguinários que bem mostram o estado deplorável a que se chegou esta capital por falta de castigos severos e disciplinares (...) e de leis eficazes para reprimir esses crimes.

Duas semanas depois, o editorial do número 93, em 9 de setembro, apresenta o título “Onde vamos parar?”

O Rio de Janeiro poderia ser uma das maiores e mais formosas capitais do mundo. É, entretanto, uma das últimas, estética e moralmente falando. (...) Quando começaremos o saneamento do Rio de Janeiro? (...) As condições morais e de segurança desta capital, ei-las: de um lado, ou melhor, de todos os lados, esbagaçadas a mostrarem suas anti-

frinécias²⁰ belezas pública e escandalosamente, furtos por toda parte, desordem, lutas, ferimentos e mortes todas as noites, e soldados que desrespeitam e agridem seus superiores impunemente. (...) É este o Rio de Janeiro de hoje.

Ao longo dos oito anos de vida do jornal, Agostini vai, a cada edição, destilando um rosário de reclamações. O editorial do centésimo número é um longo lamento:

O autor dos cem números do *Don Quixote*, desde 1865 até hoje, apenas com algumas interrupções, que somadas dão cerca de sete anos de ausência da lide jornalística, sustentou sempre e com a maior coerência sua missão, sacrificando seus interesses, e às vezes a vida, aos interesses da nação. (...) Tendo consciência de ter cumprido seu dever, vê com grande pesar que todos os seus esforços em prol do bem público para pouco ou nada tem servido.

(...)

A não ser pela Abolição, que para obtê-la, tanto trabalhou, tanto fustigou com seu lápis os maus senhores de escravos, tudo o mais está no mesmo.

O que esperar de um povo cuja apatia é a principal causa de seus males e de seu atraso?! Há uma só coisa que o preocupa que o faz mover, que o faz discutir, que o anima, que o agita, que o comove, e isto tanto na casa do rico como na do pobre, tanto entre mulheres, quanto entre homens, os velhos, como as crianças, e esta coisa é saber: qual foi o que ganhou hoje?

O peru ou o macaco?

O jacaré ou a cobra?

E dizendo isso, está tudo dito!

Pobre país!

Adepto da política ultraliberal de Joaquim Murinho,²¹ ministro da fazenda do governo Campos Salles, Angelo Agostini não esconde suas simpatias pelo liberalismo. Era essa a concepção que lastreava seu Abolicionismo militante: a crença no trabalho livre como peça indissociável do novo dinamismo econômico. Aliada a sua sensibilidade artística, desenvolveu a mais contundente campanha de denúncias contra a barbárie do sistema de trabalho servil. Essas mesmas características não impediam que externasse, quando era o caso, todo o preconceito de classe, que se traduzia em racismo e elitismo em vários temas.

A antipatia de Agostini para com Canudos é, portanto, expressão de seu apoio à República que se consolidava e ao elitismo comum às camadas do topo da pirâmide social brasileira.

Ao fim do morticínio, em fins de 1897, é hora de ser magnânimo. Em um belo dese-

no, apresentado em uma edição sem data, Agostini lamenta:

Tanta coragem e tanta bravura em derramar sangue brasileiro... não é motivo para alegrar-me (diz a representação da República). Todavia estimo que essa carnificina de Canudos esteja acabada. Basta de guerra entre irmãos.

Vivos, eram “fanáticos”. Mortos, são “irmãos”.



Don Quixote n.º. 87, (provavelmente novembro de 1897)

Influência decrescente

Quando acontece a ofensiva contra Antonio Conselheiro, o *Don Quixote* tinha periodicidade irregular. A sensível perda de influência política de Agostini e suas publicações, aliada ao surgimento de grandes empresas jornalísticas – com produtos mais bem impressos, coloridos e representando um passo à frente na linguagem gráfica figurativa, através do uso alternado da fotografia e da ilustração, e por uma diagramação mais arrojada, permitida pela zincografia – acabam por se traduzir em queda de circulação de seu jornal.

Don Quixote, em seus oito anos de existência, não chega a se firmar como um pólo consistente de opinião. O tipo de imprensa praticado por Agostini, com um pequeno jornal, quase individual ou de pequenos grupos, impresso em litografia,²² é superado pela chegada de novas técnicas de impressão e pela concentração de capital que possibilitou a constituição de grandes empresas jornalísticas, com produtos mais baratos para o público.

A *Revista Illustrada*, não mais dirigida por ele desde 1888, desapareceria em 1898, após um longo período de decadência editorial e gráfica. O *Don Quixote*, por sua vez, seguiria circulando irregularmente até fechar as portas, em janeiro de 1903.

Consolidara-se a República, consolidara-se o capitalismo periférico e entrava no centro da cena uma nova classe social, a burguesia. Acabavam-se os tempos heróicos da imprensa.

Para externar as opiniões apresentadas nos últimos anos de *Don Quixote*, não eram mais necessárias publicações quase individuais. A grande imprensa cumpria melhor esse papel.²³

Recebido em fevereiro/2006; aprovado em maio/2006.

Notas

*Doutor em História Social na FFLCH-USP, bolsista do CNPq. E-mail: manrigoni@uol.com.br

¹ *Don Quixote* n. 80, 13 de fevereiro de 1897.

² A edição n. 434, da *Revista Illustrada*, de 19 de junho de 1886, relata a reprodução de desenhos seus na *Cincinnati Gazette*, nos EUA.

³ *Revista Illustrada* n. 437, 20 de agosto de 1886.

⁴ *Revista Illustrada* n. 512, 1º. de setembro de 1888, p. 4.

⁵ *A Cidade do Rio*, 7 de abril de 1888.

⁶ CONRAD, R. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 185.

⁷ Em artigo n.º *A Cidade do Rio*, em 19 de março de 1888, reproduzido em PATROCÍNIO, J. *A campanha abolicionista*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1996, p. 205.

⁸ NABUCO, J. *O Abolicionismo*. 6 ed. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 42.

⁹ *Ibid.*, p. 40.

¹⁰ Publicado na *Revista Illustrada* n.º 415, de 28 de julho de 1885, p. 8.

¹¹ NABUCO, op. cit., p. 108.

¹² HOBSBAWM, E. *A era dos impérios, 1875-1914*. São Paulo, Paz e Terra, 2003, p. 59.

¹³ PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1965, p. 180.

¹⁴ Pelo menos numa oportunidade, o *Don Quixote* tece comentários elogiosos à política estadunidense. O caso se dá em 27 de setembro de 1901, na edição 136, quando do assassinato do presidente McKinley. O editorial, anônimo, responde aos que condenavam as invasões em Cuba e nas Filipinas (1898): “Não ficou demonstrado que fosse um crime a influência que todos os Estados tentam exercer em países longínquos”.

¹⁵ CARONE, E. *A república velha (evolução política)*. São Paulo, Difel, 1971, p. 176.

¹⁶ *Don Quixote* n.º 97

¹⁷ *Id.*, n.º 115, 10 de fevereiro de 1900, última página. Um agressivo desenho mostra uma vaca defecando sobre o prefeito.

¹⁸ *Id.*, n.º 112, 20 de janeiro de 1900.

¹⁹ *Id.*, n.º 141, 7 de dezembro de 1901.

²⁰ O termo refere-se a Frinéia, prostituta grega que teria vivido no século IV a.C., em Atenas. Por sua extraordinária beleza, teria acumulado extraordinária riqueza e servido de modelo para estátuas de Afrodite, esculpidas por Praxiteles.

²¹ Como Ministro da Fazenda de Campos Salles (1898-1902), Joaquim Murinho tentou fazer frente a uma grave crise cambial, alta da inflação e descontrolo da dívida externa. Obtendo um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas da casa Rotschild, o governo decretou uma moratória por treze anos, enquanto seguia pagando regularmente os juros. Para isso, Murinho adotou uma política altamente restritiva e ortodoxa, aumentando impostos e cortando gastos públicos. A orientação de Murinho provocou uma grave crise econômica e social, mas regularizou as relações do país com a banca internacional.

²² Processo de impressão que envolvia desenhar numa pedra especial, banhá-la em ácido e, a partir daí, montar uma chapa para a impressão. Apesar de ter representado um avanço técnico no início do século XIX, ela seria superada pela zincografia, mais barata e rápida, cem anos depois.

²³ Além dos textos anteriormente citados, foram consultados: ANDRADE, J. M. F. de. *História da fotorreportagem no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Campus/Edições Biblioteca Nacional, 2004; BARRET, A. *Les premiers reporters photographes, 1848-1914*, Editeur-Duponchelle; BARRETO, L. *Bruzundangas*, São Paulo, Editora Mérito, 1952; *id. Recordações do escrívão Isaías Caminha*. São Paulo, Brasiliense, 1968, pp. 190-191; BENJAMIN, W. *Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1987; CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. Instituto de Economia da Unicamp, 1998; CARONE, E. *A República velha (instituições e classes sociais)*. São Paulo, Difel, 1970; *id.*, *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, Difel, 1979; CARVALHO, J. M. de, Aconteceu em um fim de século, *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, pp. 5-3, São Paulo, 21 de março de 1999; *id.*, *Os bestializados*.

São Paulo, Companhia das Letras, 1998; CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; DUQUE, G. (1863-1911). *A arte brasileira (1888)*. Campinas, Mercado de Letras, 1995; EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, Editorial Conquista, 1957; FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1964; JANOTTI, M. de L. M. *Os subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986; LECLERC, M. *Cartas do Brasil*. São Paulo, Companhia e Editora Nacional, 1942; LIMA, H. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1963; LUCIO, O. E. V. *Historia del humor grafico y escrito en la Argentina (1801-1939)*. Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1985; MACEDO. *As vítimas-algozes, quadros da escravidão*. Rio de Janeiro/São Paulo, Fundação Casa de Rui Barbosa/ Scipione, 1988, p. 3; MOREIRA, S. R. *A presença do mito quixotesco no jornal ilustrado Don Quixote (1895-1903) de Angelo Agostini*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2001; NABUCO, J. *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. São Paulo/Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, 1939; *O Abolicionista*, edição fac-similar. Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 1988; POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000; QUEIROZ, S. R. R. de, *Os radicais da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986; RAEDERS, G. *O Conde de Gobineau e o Brasil*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1997; RIBEIRO, M. T. D. *Revista Ilustrada (1876-1898), síntese de uma época*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, 1988; SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977; *Revista Ilustrada*, n. 674, jan. de 1895, p. 3; VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro, Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 1996; VIOTTI DA COSTA, E. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo, Editora da Unesp, 1998; YRAGO, J. L. “As ilustrações de Gustavo Doré”. In: CERVANTES, M. *O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983.